

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA
Saúde Coletiva 2

Fernanda Miguel de Andrade
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniide Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A construção do campo da saúde coletiva 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Fernanda Miguel de Andrade

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C758 A construção do campo da saúde coletiva 2 / Organizadora
Fernanda Miguel de Andrade. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-064-0

DOI 10.22533/at.ed.640211905

1. Saúde. I. Andrade, Fernanda Miguel de
(Organizadora). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coleção “A Construção do Campo da Saúde Coletiva” é uma obra composta por 2 volumes. O volume 1 é constituído por vinte capítulos que trazem estudos que analisaram a conduta dos profissionais de saúde na prática assistencial, e o impacto do fortalecimento, do investimento financeiro, do gerenciamento eficiente e da ampliação da atenção básica à saúde. Além disso, neste volume é possível constatar a importância da presença de conteúdos de aprendizagem em material educativo em saúde, também foi averiguado o grau de conhecimento de pacientes atendidos nas unidades de saúde sobre suas patologias. Os estudos que compõem o volume 1 desta obra apontam estratégias para melhorias nos serviços de saúde, objetivando aumentar o nível de segurança ao paciente, melhorar a qualidade de vida dos pacientes e dos profissionais de saúde, promover a diminuição dos custos no sistema de saúde, a otimização da acessibilidade aos serviços de saúde e da educação em saúde, incentivando a realização do autocuidado efetivo e consequentemente evitando complicações futuras ao paciente.

O volume 2 é composto por vinte e quatro capítulos que trazem estudos multidisciplinares no campo da promoção da saúde, apresentando contextos históricos ao longo dos anos que apontam a importância do papel da sociedade na prevenção de problemas de saúde e na manutenção do estado de saúde. Demonstram que o cuidado da saúde física e mental, acompanhamento com especialistas, e condições sanitárias adequadas são estratégias importantes para evitar doenças e suas complicações.

Deste modo a obra “A Construção do Campo da Saúde Coletiva” apresenta estudos fundamentados e atuais, descritos de maneira didática e com uma linguagem científica acessível, se tornando um importante instrumento de divulgação científica de resultados importantes que refletem a nossa sociedade.

Fernanda Miguel de Andrade

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ANÁLISE DA ANTROPOMETRIA, DA APTIDÃO FÍSICA E SUA RELAÇÃO COM NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA HABITUAL DE ACADÊMICOS INGRESSANTES EM CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE

Tâminez de Azevedo Farias
Iris Santos de Oliveira
Silvio Leonardo Nunes de Oliveira
Fernanda Calheiros Peixoto
Maria Suzymille de Sandes Filho
Nilson Mascarenhas Santos
Dayse Andrade Romão
Sylvia Amélia Vasconcelos de Albuquerque
Natanael Barbosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.6402119051

CAPÍTULO 2..... 14

AVALIAÇÃO DE CONTAMINAÇÃO POR *Escherichia coli* EM FLUXOS DE ÁGUA DA COMUNIDADE DO CATALÃO, IRANDUBA-AM

José Carlos Ipuchima da Silva
Suziane Pinto Rodrigues
Thaissa Cunha de Oliveira
Kiandro de Oliveira Gomes Neves

DOI 10.22533/at.ed.6402119052

CAPÍTULO 3..... 25

AVALIAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DE CRIANÇAS ALÉRGICAS QUE FAZEM USO DE FÓRMULAS ESPECIAIS

Aline Luiz da Silva
Marceli Moço Silva
Camila Maria de Arruda
Guilherme Batista do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.6402119053

CAPÍTULO 4..... 37

AVALIAÇÃO DO USO DE ÁLCOOL NA INFÂNCIA E HÁBITOS MATERNO-INFANTIS NOS PRIMEIROS ANOS DE VIDA

Edson José Alvim Junior
Mariana Menezes Luciano
Laura Bertoloto Menossi
Gabriela Gaspar Córdova
Palmira Cupo
Rodrigo José Custodio
Viviane Imaculada do Carmo Custodio

DOI 10.22533/at.ed.6402119054

CAPÍTULO 5..... 48

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS EM SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES À SAÚDE COLETIVA

Flávia Christiane de Azevedo Machado
Anna Paula Serêjo da Costa
Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo
Suelen Ferreira de Oliveira
Letícia Abreu de Carvalho
Janmille Valdivino da Silva
Rosangela Diniz Cavalcante
Lorrainy da Cruz Solano

DOI 10.22533/at.ed.6402119055

CAPÍTULO 6..... 60

COMUNIDADES DE APOIO MÚTUO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO E A PRÁTICA DO CONTROLE SOCIAL

Luis Felipe Ferro
Gabrielle Wendeel dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.6402119056

CAPÍTULO 7..... 74

COVID-19

Vivianne Lúcia Bormann de Souza
Luana Caroline Domingos da Silva
André Luiz Bormann Soares

DOI 10.22533/at.ed.6402119057

CAPÍTULO 8..... 82

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ADOLESCÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PET-SAÚDE

Juliana Bastoni da Silva
Erminiana Damiani de Mendonça
Bruno Ferreira Ribeiro
Débora Leão Alves
Igor Orlando Pereira de Sousa
Maria Alice Alves Pereira Farias
Maria Edna Vieira Santana
Matheus Barreira Silva
Sarah de Oliveira Sousa
Stefanie Mauzolf Wetmann
Tássia Sousa Coelho
Vivaldo Logrado Júnior

DOI 10.22533/at.ed.6402119058

CAPÍTULO 9..... 94

DESTILAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E PRODUÇÃO DE ETANOL 70 °INPM PARA FINS DE DESINFECÇÃO

Bruna Alexandra Bohm

Diego de Assunção Justo
Leonardo Henrique da Silva Bianchi
Tatiane Francini Knaul
Fabiana Aparecida Pansera
Juliana Cristhina Friedrich
Jones Erni Schmitz
Renato Eising
Luís Felipe Minozzo Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.6402119059

CAPÍTULO 10..... 108

É POSSÍVEL ENVELHECER ATIVAMENTE EM JOÃO PESSOA? POTENCIAIS DA CONVIVÊNCIA GRUPAL

Mattheus de Luna Seixas Soares Lavor
Marianne Adelina Seixas de França Lavor
Arnaldo Alves de Azevedo Neto
Henrique de Moraes Soldera
Perilo Rodrigues de Lucena Filho
Ademar Torres de Benevolo
Maria Clara Soares Lavor Nunes
Rodolfo Barbosa de Freitas
Rafaela Luna Fernandes
Gabriela Luna Fernandes
João Bosco Braga Neto
Denise Mota Araripe Pereira Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.64021190510

CAPÍTULO 11..... 117

ESTUDO DA PREVALÊNCIA DO CONSUMO DE ÁLCOOL ENTRE ESTUDANTES QUE CURSAM O ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS, TOCANTINS

Delfim Dias Bonfim
João Paulo Rodrigues da Silva
Carolyne Victória Lopes Barbosa
Vitória Reis Sousa
Cauã Melo Fernandes
Miquéias Nascimento Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.64021190511

CAPÍTULO 12..... 127

HEPATITE VIRAL INFANTIL: RETRATO DE CASOS PREDOMINANTE EM SERGIPE ENTRE OS ANOS 2009 A 2018

Halley Ferraro Oliveira
Maria Regina Domingues de Azevedo
Laura Wiltshire Amaral Costa
Leticia Fernandes Silva Santana
Letícia Brandão Santana
Mariana Dantas Mota
Raul Bomfim Neto

DOI 10.22533/at.ed.64021190512

CAPÍTULO 13..... 135

IMPACTO DA TUBERCULOSE ENTRE HOMENS E MULHERES SOBRE OS ANOS DE VIDA VIVIDOS COM INCAPACIDADE, EM CINCO ESTADOS BRASILEIROS: UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA COLABORAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Raimunda Hermelinda Maia Macena

Liandro da Cruz Lindner

DOI 10.22533/at.ed.64021190513

CAPÍTULO 14..... 144

LEVANTAMENTO EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES POR TRIPANOSSOMÍASE NO BRASIL DURANTE O PERÍODO DE 2009 A 2019

Vanessa Aparecida Pivatto

Gabriela Araujo Moreira

Bárbara Tisse da Silva

Rodrigo Antonio Pivatto

DOI 10.22533/at.ed.64021190514

CAPÍTULO 15..... 150

METODOLOGIAS ATIVAS COMO ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO EM INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS

Millane Teles Portela de Oliveira

Israel Rocha Brandão

DOI 10.22533/at.ed.64021190515

CAPÍTULO 16..... 156

O ÍNDIO E COMENSALIDADE CONTEMPORÂNEA: ASPECTOS INICIAIS

Jullyani Santos Nunes

Tiago de Jesus Sousa

DOI 10.22533/at.ed.64021190516

CAPÍTULO 17..... 164

O PERFIL DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DADOS, CONSIDERAÇÕES E AÇÕES TOMADAS

Dóris Cristina Gedrat

Eliane Fraga da Silveira

DOI 10.22533/at.ed.64021190517

CAPÍTULO 18..... 175

O PROCESSO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA SAÚDE PARA PRECEPTORES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: UMA SÍNTESE CRÍTICO-REFLEXIVA

Raphael Florindo Amorim

Angela Aparecida Neto Amaral

Silvia Renata Rossete Nogueira Furlin

Gisele Silva Leitão

Flávio Adriano Borges

DOI 10.22533/at.ed.64021190518

CAPÍTULO 19..... 189

O ROLE-PLAYING GAME (RPG) COMO POSSIBILIDADE PARA PROMOÇÃO À SAÚDE COM ADOLESCENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Giordano de Azevedo
Adriana Grabner Corrêa
Luciano Terra das Neves Neto
Nary Danielle da Cruz Maciel
Marco Aurélio da Ros

DOI 10.22533/at.ed.64021190519

CAPÍTULO 20..... 205

O USO DE TECNOLOGIAS EDUCATIVAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA

Sérgio Alcântara Alves Poty
Nalma Alexandra Rocha de Carvalho
Maria Alexandra Fontinelle Pereira
Cristiane Vêras Bezerra Souza
Marivete Ribeiro Alves
Tilma das Chagas do Nascimento Aguiar
Mariana Portela Soares Pires Galvão
Luísa Virgília Batista Soares de Brito
Roama Paulo Ulisses Vaz da Costa
Carina Santos Faray
Polyana Coutinho Bento Pereira
Daniel Campelo Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.64021190520

CAPÍTULO 21..... 214

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE UROCULTURAS DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA FACULDADE PATOS DE MINAS ENTRE JANEIRO E DEZEMBRO DE 2018

Natália Alves dos Santos
Roberta de Oliveira Afonso
Sandra Regina Afonso Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.64021190521

CAPÍTULO 22..... 229

PERFIL SOCIOECONÔMICO E GESTACIONAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE EM JI-PARANÁ, RONDÔNIA, BRASIL

Luiz Henrique Teixeira de Siqueira Neto
Guilherme Anziliero Arossi
Eduardo Périco
Moises Gallas
Jussara Alves Pinheiro Sommer
Eliane Fraga da Silveira

DOI 10.22533/at.ed.64021190522

CAPÍTULO 23..... 239

REFLEXÕES SOBRE A DUPLA VULNERABILIDADE: PUERPÉRIO E CARDIOPATIA

CONGÊNITA DENTRO DO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Marília Ximenes Freitas Frota
Joana Angélica Marques Pinheiro
Darla Moreira Carneiro Leite
Beatriz Viana da Silva
Dafne Paiva Rodrigues
Thereza Maria Magalhães Moreira
Saiwori de Jesus Silva Bezerra dos Anjos
Antônio Rodrigues Ferreira Junior

DOI 10.22533/at.ed.64021190523

CAPÍTULO 24.....251

VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA NA INFÂNCIA: DESCRIÇÃO DOS CASOS NOTIFICADOS NO ESPÍRITO SANTO

Franciéle Marabotti Costa Leite
Márcia Regina de Oliveira Pedroso
Odelle Mourão Alves
Mayara Alves Luis
Luíza Eduarda Portes Ribeiro
Gracielle Pampolim
Ranielle de Paula Silva
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino

DOI 10.22533/at.ed.64021190524

SOBRE A ORGANIZADORA.....262

ÍNDICE REMISSIVO.....263

O PROCESSO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA SAÚDE PARA PRECEPTORES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: UMA SÍNTESE CRÍTICO-REFLEXIVA

Data de aceite: 03/05/2021

Raphael Florindo Amorim

<http://lattes.cnpq.br/5467085480631025>

Angela Aparecida Neto Amaral

<http://lattes.cnpq.br/2282755217613517>

Silvia Renata Rossete Nogueira Furlin

<http://lattes.cnpq.br/4608160980679703>

Gisele Silva Leitão

<http://lattes.cnpq.br/6162417605263715>

Flávio Adriano Borges

<http://lattes.cnpq.br/2146448542549482>

RESUMO: Esta produção visa apresentar uma síntese crítico-reflexiva da formação em educação na saúde para Preceptores no Sistema Único de Saúde (PSUS). Trata-se de um relato de experiência produzido a partir da narrativa da trajetória de especializando do curso PSUS e das aprendizagens adquiridas pelo desenvolvimento do projeto de intervenção. Os dados foram obtidos pelos relatos dos especializando e analisados à luz da integração ensino-serviço e da preceptoría em saúde. O curso de especialização possibilitou apreender estratégias pedagógicas e implementar um projeto de intervenção, que permitiu o alcance de resultados por meio de produtos. As metodologias ativas foram relevantes para a formação de preceptores, fortalecendo as atividades de ensino na saúde. Somado a isso, a análise de viabilidade no desenvolvimento de projetos

é algo que auxilia no alcance de resultados e a organização da preceptoría necessita ser arquitetada coletivamente.

PALAVRAS-CHAVE: Preceptor, Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem, Aprendizagem Baseada em Projeto, Problematização, Saúde Pública.

THE PROCESS OF TRAINING IN HEALTH EDUCATION FOR PRECEPTORS IN THE UNIFIED HEALTH SYSTEM: A CRITICAL-REFLEXIVE SYNTHESIS

ABSTRACT: This production aims to present a critical-reflexive synthesis of health education training for Preceptors in the Unified Health System (PSUS). It is an experience report produced from the narrative of the trajectory of specialization students of the PSUS course and the lessons learned from the development of the intervention project. The data were obtained from the reports of the specialization students and analyzed in the light of the teaching-service integration and health preceptorship. The specialization course made it possible to learn pedagogical strategies and implement an intervention project, which allowed the achievement of results through products. The active methodologies were relevant to the training of preceptors, strengthening teaching activities in health. In addition, the feasibility analysis in the development of projects is relevant to the achievement of results and the organization of the preceptorship needs to be architected collectively.

KEYWORDS: Preceptor, Active Teaching-Learning Methodologies, Project-Based Learning, Problematization, Public Health.

INTRODUÇÃO

O Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio-Libanês (IEP-HSL), em parceria com o Ministério da Saúde por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) - triênio 2018-2020, ofertou o curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação na Saúde para Preceptores no Sistema Único de Saúde (PSUS) como parte do projeto de Desenvolvimento da Gestão de Programas de Residência e da Preceptoría no SUS (DGPSUS), que teve por objetivo promover mudança nas diversas realidades de formação no SUS, utilizando como estratégia as propostas de intervenção organizadas, construídas, implementadas, monitoradas e avaliadas ao longo do processo formativo dos especializandos¹.

O curso de especialização ocorreu no período de maio de 2019 a dezembro de 2020, com encontros mensais com três dias de duração cada. Estes contaram com momentos destinados à construção de um Projeto de Intervenção (PI) e de formação pedagógica na perspectiva das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. A construção do PI foi conduzida sob a orientação e supervisão de um Apoiador e Facilitador (AFa), vinculado ao IEP-HSL.

É compreensível que as necessidades formativas vão muito além da acumulação de conhecimentos. Elas envolvem a capacidade de selecionar e tratar informações, transpor o conhecimento de uma situação para outra, resolver problemas e desenvolver o trabalho de maneira participativa². A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) se aproxima do *Problem Based Learning* (PBL) no sentido de possibilitar que estudantes procurem alcançar determinados objetivos por meio da colaboração. Contudo, a ABP pressupõe o alcance de determinado produto, planejado e desenvolvido coletivamente³.

A proposta do PI caminhou, exatamente, no alcance desses produtos, consistindo em uma intervenção na realidade¹ a fim de buscar pela melhoria dos serviços de saúde, bem como a qualidade do ensino nos cenários de prática, desenvolvido pelos preceptores.

Sabe-se que estes últimos são essenciais tanto para o processo de formação dos estudantes de graduação e pós-graduação em saúde, quanto para atrair novos profissionais e fixá-los nos cenários de prática, além do exercício da preceptoría consistir em uma variável relevante para o processo de satisfação profissional no trabalho⁴⁻⁵.

Dessa forma, o estudo tem por objetivo apresentar uma síntese crítico-reflexiva da formação em educação na saúde para preceptores no SUS.

RELATANDO A EXPERIÊNCIA

Este relato parte da narrativa reflexiva sobre a atuação dos cursistas e seu AFa na implantação e apresentação dos resultados obtidos por meio do PI, ou seja, do alcance dos produtos obtidos durante a trajetória do curso, delineado todo por meio das metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Para apresentarmos este processo, o relato foi dividido em três partes. Na primeira, trazemos as contribuições das estratégias educacionais promovidas no curso para a formação de preceptores, que culminaram para contribuir com o processo de elaboração do PI. Na segunda, a análise de viabilidade para a implementação do PI, apresentando as adequações que foram necessárias ao seu desenvolvimento e para o alcance dos objetivos traçados antes da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). E, na terceira, a análise dos resultados adquiridos ao final do processo, baseada nos objetivos pré-estabelecidos.

CONTRIBUIÇÕES DAS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PROMOVIDAS NO CURSO PARA A FORMAÇÃO DE PRECEPTORES

O desenvolvimento do PSUS se deu a partir de diversas estratégias metodológicas de ensino-aprendizagem. Uma delas, foi a Aprendizagem Baseada em Projetos. Ressalta-se que as ferramentas utilizadas nos encontros mensais permitiram aos especializando conhecer novas estratégias de ensino, tendo em vista sua aplicabilidade em diferentes cenários de prática.

A atividade de preceptoria é parte do processo de integração ensino-serviço em saúde, sendo uma importante estratégia para aquisição de competências e desenvolvimento de habilidades pelos acadêmicos de graduação e pós-graduandos. Ela utiliza dos conhecimentos e habilidades dos profissionais lotados nas instituições de saúde para auxiliar na identificação de fragilidades de aprendizagem, no estímulo e participação dos estudantes nas atividades profissionais, fazendo a interlocução entre o conhecimento teórico com a prática e estimulando à autoaprendizagem do futuro profissional de saúde e/ou especialista⁶.

Os preceptores, por sua vez, além de terem conhecimento, apresentam maior experiência sobre a realidade do local onde atuam, o que contribui com a aprendizagem dos estudantes, ao inseri-los no cenário real e possibilitar a participação nas tomadas de decisões e acompanhamento dos itinerários terapêuticos individuais e coletivos⁷.

Todo profissional de saúde do SUS deve ser um preceptor, pois, de acordo com a Constituição Federal de 1988, no Art. 200, uma das atribuições do SUS consiste em “[...] ordenar a formação de recursos humanos para a área da saúde”⁸. Dessa maneira, cabe aos gestores o papel de estimular e incentivar a formação dos profissionais de saúde para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo também relevante garantir espaços adequados, com infraestrutura, equipamentos e insumos suficientes, que possibilitem o desenvolvimento dessas atividades.

Durante o curso de especialização e a partir da problematização, foi possível perceber e compreender as demandas e necessidades do processo de preceptoria das instituições de saúde, considerando os diversos relatos advindos dos próprios especializando, visto que todos atuavam no SUS e que, de alguma maneira, estavam inseridos em processos de ensino-aprendizagem como preceptores, seja na graduação ou na residência médica.

A problematização parte do contexto da realidade social observada, que induz o questionamento e, consecutivamente, a elaboração de conceitos capazes de tecer uma análise teórica do problema evidenciado, por meio de dados relevantes, hipóteses norteadoras e uma síntese de transformação da realidade⁹ dos cursistas.

Em uma atividade desenvolvida durante o curso, os especializandos se reuniram visando levantar e discutir o cenário da preceptoria no estado de Roraima, para a elaboração e desenvolvimento do PI. A discussão permitiu explicitar as dificuldades e os desafios encontrados no desenvolvimento da preceptoria, sobretudo, na capital do estado, sendo eles: a falta de motivação dos profissionais em se inscreverem nos processos seletivos para a preceptoria; falta de incentivo dos gestores da saúde aos profissionais; flexibilização dos horários para a preceptoria; infraestrutura precária; burocratização do agendamento das atividades acadêmicas, considerando a quantidade de documentos exigidos e número reduzido de acadêmicos nos setores/unidades de saúde.

Um dos espaços utilizados no curso para o desenvolvimento do processo de diagnóstico da preceptoria no estado de Roraima foram as oficinas de trabalho (OT), que se aproximaram da lógica do *Role-play*. Este consiste em uma técnica de ensino que encoraja os estudantes a participarem ativamente do processo de aprendizagem por meio de uma prática que simula um contexto semelhante às situações da vida real¹⁰.

A proposta foi realizar uma mesa de negociação entre os especializandos, que representavam o estudante/residente, gestor da Instituição de Ensino Superior (IES), preceptor, usuário e o gestor municipal (Secretário de Saúde). A consigna da simulação consistia na elaboração das diretrizes norteadoras para o exercício da preceptoria e deveriam ser pactuadas para o melhor desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem no município em questão. Assim, tais diretrizes poderiam proporcionar, aos envolvidos, maior qualidade no exercício da preceptoria, atingindo as competências previstas ao processo de formação de estudantes e residentes.

A atividade permitiu vivenciar os dilemas existentes no processo de pactuação entre os atores envolvidos. Para tal identificou-se as seguintes dificuldades: Precariedade da comunicação entre as partes envolvidas; falta de protocolos que garantissem o fluxo do exercício da preceptoria nos serviços de saúde; não cumprimento de prazos entre as partes; e falta de motivação e dedicação dos atores envolvidos. Por outro lado, a atividade identificou as potencialidades: Facilidade de articulação entre os gestores da área da saúde e das IES; potenciais preceptores com interesse em formação sobre o programa de preceptoria; e cenário de prática vasto e rico para o processo formativo de estudantes e residentes. É possível inferir que as dificuldades apresentadas consistem nos grandes desafios para o exercício da preceptoria também apresentados em outras realidades⁶⁻⁷.

A problematização possibilitou uma saída da superficialidade e um aprofundamento analítico direcionado aos desafios identificados pelos próprios profissionais de saúde e que, certamente, influenciavam no exercício da preceptoria. A falta de planejamento, de

apoio da gestão e de comunicação entre os atores envolvidos dificulta o processo de ensino-aprendizagem dos preceptores nos serviços de saúde, carecendo de um olhar em relação a todo o processo de exercício da preceptoría, para que, conseqüentemente, se possa atingir bons resultados na formação acadêmica dos futuros profissionais de saúde e residentes.

Contudo, vale frisar que as atividades de preceptoría desenvolvidas em Roraima tiveram suas ações iniciadas pelo curso de Bacharelado em Medicina, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), sendo norteadas pela Resolução n.º 003, de 2012, que dispõe sobre a criação e critérios para seleção e credenciamento de profissionais de saúde para o programa de preceptoría referente aos cursos da área de saúde da UFRR¹¹. Após quatro anos da criação do programa de preceptoría em 2012, a resolução mencionada foi alterada pela Resolução n.º 008/2016-CEPE – por solicitação do curso de Bacharelado em Enfermagem da UFRR – diminuindo a exigência de cinco para dois anos de experiência profissional do preceptor, para poder ingressar no exercício da preceptoría na Atenção Primária à Saúde (APS)¹².

Essa alteração foi importante para atender às demandas do processo de seleção simplificada dos cursos da saúde da UFRR, visando à contratação de preceptores e atendimento aos módulos de Práticas Interdisciplinares e Interação Ensino, Serviço e Comunidade (PIIESC). Essa alteração ocorreu devido às particularidades da Região Norte do Brasil, com número reduzido de profissionais com especialização na área requerida e pouco tempo de experiência profissional na APS. Contudo, ainda era frágil o processo de exercício da preceptoría nos serviços de saúde, devido às dificuldades já colocadas, ou seja, legalmente o processo estava fundamentado a nível da IES, mas não a nível de articulação e integração ensino-serviço.

Nesse contexto, é possível inferir que, para a criação de um programa de preceptoría, faz-se necessário o estabelecimento de normas, competências e parcerias com os docentes das IES e profissionais de saúde, bem como com os gestores^{7,13}, visando o pleno desenvolvimento das atividades. Tais constatações só foram possíveis de serem identificadas por meio da problematização proporcionada pelo curso e que trabalhou a partir da problematização do contexto e da prática profissional, ou seja, um exercício da Educação Permanente em Saúde em ato¹⁴.

Para tal, foi de grande valia a elaboração de um regimento que pudesse envolver todos os atores e abranger todo o processo de exercício da preceptoría. Assim, constatou-se que um programa de preceptoría deve ser elaborado coletivamente, sendo bem planejado, estruturado e de acordo com a legislação vigente, possuindo normas e rotinas capazes de nortear os preceptores e que sejam condizentes com as especificidades do cenário de atuação dos profissionais de saúde, a fim de alcançar as competências objetivadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) das IES.

Considerando o exposto, questionou-se entre os cursistas se a baixa efetividade do processo de planejamento das atividades de preceptoria entre as IES e serviços de saúde poderiam se tornar um problema/desafio para o ensino-aprendizagem de qualidade no estado de Roraima.

Tal indagação, levou o grupo a identificar e elencar possíveis causas para o problema exposto, tais como: falta de identificação dos preceptores; sistema de avaliação ineficaz pelas diferentes partes (estudante/preceptor/instituição/usuário); ausência de incentivos para os coordenadores e preceptores – como tempo extra na organização e programação das atividades; ineficácia no fluxograma do programa de preceptoria; pouca ou nenhuma comunicação entre o serviço de ensino da rede de saúde e os preceptores; falta de cronograma das atividades; Falta de motivação do preceptor por não se sentir corresponsável pela formação do estudante; falta de formalização e organização do fluxo dos estudantes nos serviços de saúde; e indefinição dos objetivos de aprendizagem das práticas/habilidades.

Mediante análise dessas causas, elaborou-se o PI, construído e referenciado a partir dos discursos dos profissionais de saúde e respaldado na literatura científica. Ou seja, as contribuições das estratégias educacionais foram discutidas e delineadas a partir da aproximação e apreensão pelos especializandos das técnicas e estratégias pedagógicas desenvolvidas durante o curso, cujos desafios e soluções frente aos problemas encontrados no dia-a-dia dos serviços de saúde foram confrontados com a bibliografia científica, com o intuito de encontrarmos caminhos possíveis para a sua implementação.

Pensou-se o PI na perspectiva do macro para o micro, no qual o macro refere-se ao estado de Roraima – que abarca todas as instituições de saúde – e o micro, como projeto-piloto, o Hospital Materno-Infantil (HMI) Nossa Senhora de Nazareth. A estratégia foi elaborada para que, uma vez aplicada e comprovada a melhoria na qualidade do ensino em saúde nesse local, a proposta-modelo pudesse ser implementada nos outros serviços de saúde do SUS, no Estado.

ANÁLISE DE VIABILIDADE: ENTRE O PI ELABORADO E O PI IMPLEMENTADO

É importante esclarecer que a execução do PI foi comprometida parcialmente com o advento da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2). O mundo foi surpreendido, no início do ano de 2020, com a pandemia da Covid-19. A doença causa problemas respiratórios, podendo levar à morte, principalmente em indivíduos acima de sessenta anos¹⁵.

Diante dos fatos, as autoridades sanitárias – Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) – emitiram alerta mundial, orientando e recomendando o cumprimento das medidas de segurança e precaução de contato, para evitar o contágio pelo vírus SARS-CoV-2. Entre as medidas de segurança, foram recomendados: uso de máscara; higienização das mãos com água e sabão; assepsia com

álcool em gel a 70%; distanciamento social de pelo menos 1,5m de distância; e evitar aglomerações, para não haver propagação do vírus entre as pessoas, além do isolamento social¹⁶.

Mediante essas circunstâncias, a proposta do PI foi repensada, levando os especializandos à implantação das ações possíveis do projeto, considerando a dificuldade de acompanhar presencialmente, conforme programado e previsto no monitoramento da intervenção. Este processo só foi possível mediante a análise de viabilidade, avaliando o desenvolvimento do PI a partir de subsídios que pudessem reorientar a correção de rumos das estratégias de ação¹⁷, balizadas por meio dos indicadores de monitoramento, estabelecidos *a priori*.

Realizadas as considerações sobre essas limitações no desenvolvimento do PI, é necessário contextualizar sobre o local de desenvolvimento desse projeto. Roraima está localizada na região do extremo Norte do Brasil, sendo a única unidade federativa situada no hemisfério Norte, a oeste do Meridiano de *Greenwich*. O estado é cortado pela Linha do Equador, fazendo fronteira com países sul-americanos, sendo a República Bolivariana da Venezuela ao norte e noroeste e a República Cooperativa da Guiana ao leste. Além disso, limita-se com os estados do Amazonas ao sul e oeste e do Pará ao sudeste¹⁸.

Boa Vista é a capital do estado, onde estão localizadas as instituições de saúde geridas pelo Governo Estadual: Hospital Geral de Roraima (HGR), HMI Nossa Senhora de Nazareth, Hospital das Clínicas (HC), Pronto Atendimento Cosme & Silva, Centro de Atenção Psicossocial III (CAPs III) e o Centro de Referência de Saúde da Mulher. Por meio da administração municipal da capital, encontram-se os seguintes serviços de saúde: a APS no modelo de Estratégia Saúde da Família (ESF), o Hospital da Criança Santo Antônio (HCSA) e o Centro de Atenção Psicossocial II (CAPs II).

No âmbito federal, a capital de Roraima conta ainda com duas Casas de Saúde Indígena (CASAI) – uma sob gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena *Yanomami e Ye'kuana* (DSEI-Y) e outra administrada pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima (DSEI-Leste). Essas instituições de saúde compõem o cenário de prática em prol do desenvolvimento do ensino-aprendizagem em preceptoría na saúde para os estudantes de graduação e de pós-graduação.

A instituição hospitalar escolhida para o desenvolvimento do PI foi o HMI, visto que a situação-problema e suas causas, já mencionadas anteriormente, foram relatadas com referência nas experiências diárias dos especializandos, que atuavam neste serviço de saúde. O PI foi intitulado “Normatização da preceptoría em saúde no Hospital Materno-Infantil de Boa Vista - Roraima - Brasil”.

O HMI é uma unidade hospitalar de referência para o SUS no estado e, de acordo com o seu Regimento Interno, funciona ainda como Hospital-Escola. Oferece serviços de saúde na área de obstetrícia, neonatologia, pediatria, cirurgia e anesthesiologia, além de receber pacientes da APS, do HGR e do Centro de Referência da Mulher.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no HMI são coordenadas pelo Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), responsável pelo agendamento das atividades bem como sua distribuição pelos setores do hospital, comunicando as coordenações de Enfermagem, Medicina e Residência Médica. Dessa maneira, os profissionais de saúde do HMI recebem os acadêmicos conforme preestabelecido, em agendamento, para o desenvolvimento da preceptoria.

A atividade de preceptoria desenvolvida nos setores assistenciais do HMI conta com um preceptor responsável pelo grupo específico de estudantes, para o cumprimento do plano de estágio obrigatório no setor designado. Todavia, há necessidade de analisar e avaliar o processo de preceptoria estabelecido e, por conseguinte, traçar novas metas e possibilidades de desenvolvimento da preceptoria no hospital, considerando a precariedade na comunicação e no fluxo de realização das atividades.

Quanto ao campo de atuação para a preceptoria, além das categorias profissionais da enfermagem e medicina, há espaço para atuação nas áreas de fisioterapia, psicologia, assistência social, nutrição, farmácia, odontologia, fonoaudiologia e biomedicina. É possível inferir que a atividade de preceptoria ainda precisa romper muitos obstáculos, pois as questões de falta de planejamento, dificultam a excelência da atividade.

Para o desenvolvimento do PI no HMI foi elaborado um plano operacional com quatro componentes: 1) ações a serem implementadas; 2) técnicas ou estratégias utilizadas em cada ação; 3) responsáveis por cada ação; e 4) cronograma das ações. Para o desenvolvimento do plano operacional foi executado em duas etapas.

Na primeira etapa, houve a elaboração das diretrizes para a preceptoria em saúde. O desenvolvimento das atividades ocorreu no período de novembro de 2019 a abril de 2020, sendo realizado contato com a presidência da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) do estado de Roraima, com a finalidade de dialogar sobre a preceptoria em saúde e apresentar a proposta do PI, cujo produto foi a elaboração de diretrizes para as atividades de preceptoria no estado. Nessa etapa, objetivou-se ainda conhecer o funcionamento e a regulamentação da CIES, bem como os representantes das instituições de saúde e ensino que a compunham.

O processo de elaboração das diretrizes foi complexo, considerando a disponibilidade dos especializandos e dos membros da CIES para o desenvolvimento da atividade, visto estes se encontrarem na linha de frente de combate à Covid-19. Todavia, houve interesse de todos no desenvolvimento da proposta de discutir e redigir as diretrizes para nortear as atividades de preceptoria no estado.

Foram realizadas duas reuniões com a CIES e especializandos, o que permitiu socializar a proposta para a atividade do grupo de trabalho. Com o advento da pandemia, esse processo foi interrompido. Tal fato levou os especializandos a construírem a proposta das diretrizes sem uma contribuição efetiva dos membros da CIES, mas, posteriormente, apresentando o produto a essa instância de pactuação e deliberação, visando efetivá-lo.

Os desafios foram sendo superados gradativamente, pois a disponibilidade de acesso à internet, no estado, é bem difícil, principalmente, quando há mau tempo. Outro ponto importante, para alguns especializandos, foi o manuseio dos meios digitais, ao participarem das web-reuniões para a discussão das diretrizes. De toda forma, o produto foi sendo tecido gradualmente a várias mãos. Desenvolvemos um trabalho em equipe, pois buscamos efetivar do trabalho coletivo a partir de uma relação recíproca entre as pessoas das diversas áreas profissionais, articulando ações interdependentes, dividindo responsabilidades e intervindo no campo de prática¹⁹.

Nessa perspectiva, as diretrizes foram formuladas com o intuito de nortear as atividades de preceptoria, abordando as competências e atribuições dos preceptores, bem como a definição de balizadores e métricas, a fim de melhor compreender o escopo e desempenho da atuação dos profissionais da saúde no estado. Assim, a proposta apresentada contemplou: as principais bases legais para a preceptoria em saúde; o perfil do preceptor, bem como os requisitos mínimos para ser preceptor; as atribuições do preceptor nos Programas de Pós-Graduação e Graduação; sugestões de políticas de incentivos; e organização do processo de trabalho.

Em seguida, foi elaborado o protocolo para a preceptoria em saúde no HMI, com o auxílio dos especializandos e equipe do DEP. O período de realização foi de maio a junho de 2020. Dessa maneira, o protocolo foi elaborado por meio de reuniões via web-conferência e apresentado ao DEP, com a finalidade de orientar e auxiliar, minimamente, a atividade de preceptoria em saúde dentro do HMI, respaldando-nos nas diretrizes elaboradas previamente e apresentadas à CIES.

O produto dessa etapa foi encaminhado à diretora do DEP e a efetivação do protocolo no HMI irá contribuir com o processo de orientação das atividades de preceptoria, servindo de modelo para as demais unidades de saúde do estado. Considerando os limites colocados pela situação sanitária mundial e, sobretudo, brasileira, foi possível implementar parte do que foi proposto no PI.

Nesse íterim, surgiu a oportunidade de contribuir com a UFRR, por meio da elaboração do Regimento do Programa de Preceptoria em Saúde, compreendendo como um desdobramento do PI e alcance de um produto inesperado *a priori*, identificada esta necessidade a partir dos produtos alcançados até então, ou seja, as diretrizes e o protocolo.

A proposta foi percebida pelos especializandos a partir do momento em que não se identificou nenhum documento interno na UFRR, que pudesse nortear as atividades de preceptoria, além das duas resoluções supracitadas. Assim, de posse do primeiro produto do PI – Diretrizes para a Preceptoria em Saúde – e da proposta de Regimento do Programa de Preceptoria em Saúde para a UFRR, realizou-se contato com a coordenação do curso de Bacharelado em Enfermagem da UFRR para envio da proposta para apreciação.

Após avaliação, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFRR, aceitou a proposta de regimento para o Programa de Preceptoria, no qual instituiu comissão composta por

professores dos cursos de Medicina e Enfermagem – por meio da Portaria n.º 001, de 04 de agosto de 2020 – para realizar os ajustes necessários e encaminhamentos, a fim de aprovar o primeiro Regimento do Programa de Preceptoría da IES.

A institucionalização do regimento trará muitos benefícios para o processo de seleção dos preceptores, além de balizar as atividades de ensino-aprendizagem e facilitar o planejamento administrativo para pagamento de bolsas, certificações dos profissionais, entre outras atividades referentes ao desenvolvimento da preceptoría em saúde.

ANÁLISE DOS RESULTADOS ADQUIRIDOS AO FINAL DO PROCESSO

Considerando os desafios para o desenvolvimento do PI, decorrentes das medidas de precaução e segurança em relação à pandemia do novo coronavírus, os objetivos do PI foram adaptados para que fossem desenvolvidos na íntegra. Durante o processo, utilizaram-se alguns indicadores de monitoramento e avaliação para que pudéssemos acompanhar, monitorar e avaliar as ações desenvolvidas. O processo avaliativo na saúde demanda a integração de diversas variáveis, pois resulta de uma junção de diferentes conhecimentos da economia, epidemiologia, prática clínica e das ciências sociais²⁰.

Sendo assim, os indicadores de acompanhamento e de avaliação da do PI foram: 1) inexistência de incentivo para coordenadores de programas de residência e preceptores; e 2) inexistência de ações norteadoras (fluxograma) da articulação ensino-serviço definidas.

Compreendemos que os dois indicadores foram contemplados, uma vez que os produtos orientam e norteiam as atividades de preceptoría, permitindo assim, que seja definido um fluxo de articulação para o ensino em serviço, além de inferir a garantia de um espaço protegido para que o preceptor desenvolva a preceptoría com qualidade. Ademais, um terceiro produto foi desenvolvido, o Regimento do Programa de Preceptoría em Saúde da UFRR.

Dessa forma, compreende-se que a implementação do PI foi realizada na íntegra, levando em consideração sua readequação – adaptação no desenvolvimento das atividades a partir da modalidade remota e virtual. Vale frisar a necessidade percebida e anunciada do alcance destes produtos, que perduram até os dias atuais. Espera-se que os mesmos possam contribuir com as atividades de preceptoría e com a integração ensino-serviço, uma vez que essa estratégia é de suma importância para o processo formativo dos profissionais de saúde e, conseqüentemente, na qualidade da formação profissional²¹.

Quanto às diretrizes para a preceptoría em saúde, acredita-se que sua implementação dependerá de interesses políticos no chancelamento da proposta apresentada, a fim de utilizá-la como instrumento norteador das atividades de preceptoría em saúde no estado. Considerando a inexistência de normativas que possam balizar essas atividades, a proposta das diretrizes surge como um instrumento direcionador das ações a serem desenvolvidas no tocante à preceptoría nos serviços de saúde.

Como previsto no artigo 14 da Lei n.º 8.080 de 1990, cabe à CIES, juntamente com os Colegiados de Gestão Regional, orientados pelas esferas Federais, Estaduais e Municipais de gestão, desenvolver planos e ações permanentes em educação em saúde, visando promover mudanças na formação e desenvolvimento do processo de trabalho dos profissionais de saúde²².

Para tal, é necessário que gestores e coordenadores de saúde estejam envolvidos nas ações, objetivando reunir as experiências exitosas desse processo, visando a participação dos profissionais dos serviços de saúde²³. De igual modo, os docentes das IES, profissionais de saúde, estudantes de graduação e pós-graduação e usuários devem ter autonomia e protagonismo na discussão do cuidado em saúde e no estabelecimento de ações intersetoriais, buscando uma integração ensino-serviço, que perdure e não esteja vinculada apenas à vontade política ou às questões político-partidárias²⁴.

As diretrizes serão importantes para o processo de organização e planejamento das atividades de preceptoria, por considerarem as bases legais da preceptoria em saúde, evidências de outras realidades onde há efetivas garantias do papel do preceptor na formação em saúde e na perspectiva da fundamentação e do respaldo teórico e científico para as instituições. Outrossim, estabelece-se um perfil com requisitos mínimos para os profissionais que almejam ser preceptores, bem como as atribuições para a função no campo da graduação – estágio curricular obrigatório, atividades práticas das disciplinas e das ligas acadêmicas – e da pós-graduação – em especial, as residências.

Elas permitirão ainda a organização do processo de trabalho no HMI, visto que as recomendações contidas no instrumento direcionam o fluxo dos serviços e contribuem com a qualidade da assistência e do ensino no local. Dessa maneira, as diretrizes nortearão a construção de Protocolos Operacionais Padrão (POP), conforme as especificidades e demandas requeridas pelos setores hospitalares e a partir das necessidades percebidas e identificadas.

Assim, o processo de trabalho apresenta um novo padrão de exigência em que todas as IES deverão cumprir para o desenvolvimento da preceptoria no serviço de saúde em questão. A institucionalização do POP favorece a esquematização e possível integração, de maneira sinérgica, da formação de recursos humanos em saúde e dos serviços assistenciais prestados à população.

Por fim, observada a necessidade do CCS da UFRR em relação ao Programa de Preceptoria em Saúde devido à necessidade de estabelecer uma normatização para o Programa, foi proposto pela equipe de especializandos um instrumento regimental, a fim nortear tal Programa de Preceptoria.

Esse produto foi elaborado, considerando a instituição de diretrizes para a preceptoria em saúde no estado. Assim, visto que os cursos da área da saúde da UFRR requerem preceptores para o processo de ensino-aprendizagem da prática, o produto vem atender a essa demanda, de maneira a organizar tal questão. A proposta foi apresentada em oito

capítulos, sendo o capítulo I - Disposições preliminares do Programa de Preceptoría; II - Da coordenação do Programa de Preceptoría em Saúde; III - Da estrutura do Programa de Preceptoría em Saúde; IV – Do processo de seleção; V – Da certificação; VI – Da avaliação; VII – Do Regime Disciplinar; e VIII - Das disposições finais e transitórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do curso de especialização foi de extrema relevância para o processo de aprendizagem dos preceptores, pois possibilitou um aprofundamento analítico das atividades de preceptoría em saúde desenvolvidas no estado de Roraima. Outro ponto relevante, foi a oferta de estratégias pedagógicas que contribuem para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de maneira efetiva, tais como a ABP, a problematização e a simulação por meio das oficinas de trabalho.

Somado a isso, a análise de viabilidade no desenvolvimento de projeto e a possibilidade de avaliá-lo processualmente por meio de indicadores de monitoramento foi um fator bastante relevante para o alcance dos produtos, a partir da adaptação das ações e da tomada de decisões em prol da implementação do PI, sobretudo, diante do atravessamento da pandemia da Covid-19.

Durante o curso, ficou evidente que a aprendizagem precisa ser construída em parceria, com o envolvimento de todos os atores nesse processo: gestores das instituições de saúde e ensino, profissionais de saúde preceptores e não preceptores, discentes, docentes e administrativo. Somado a isso, identificamos que os produtos alcançados por meio do desenvolvimento do PI, contribuíram para o estabelecimento de um fluxo comunicacional, sistematizando a articulação entre os profissionais de saúde, as IES e as unidades gestoras do processo de integração ensino-serviço em saúde.

Por fim, a comunicação, o planejamento e a organização dos serviços por meio da preceptoría é algo que necessita ser destacado. Todo esse processo necessita ser arquitetado e construído por várias mãos, com a finalidade de estabelecer um movimento sinérgico capaz de garantir uma formação de qualidade.

REFERÊNCIAS

1. Soeiro E, Oliveira JM, Gomes R, Feliciano AB, Massaro A, Malvezzi E, *et al.*, Caderno do Projeto: desenvolvimento da gestão de programas de residência e da preceptoría no SUS – DGPSUS 2018/2020. São Paulo/SP: Hospital Sírio-Libanês; Ministério da Saúde; 2019.
2. Pasqualetto TI, Veit EA, Araújo IS. Aprendizagem baseada em projetos no ensino de física: uma revisão de literatura. *Rev. Bras. de Pesq. em Educ. em Ciências.* 2017; 17(2): 551-577.
3. Oliveira NAA, Mattar J. Folhetim Lorenianas: aprendizagem baseada em projetos, pesquisa e inovação responsáveis na educação. *Rev. E-Curriculum.* 2018; 16(2): 341-363.

4. Dwyer PA, Hunter-Revell SM. Multilevel influences on new graduate nurse transition. *Journal for Nurses in Professional Development*. 2016; 32: 112-121.
5. Nash DD, Flowers M. Key elements to developing a preceptor program. *The Journal of Continuing Education in Nursing*. 2017; 48(11): 508-511.
6. Ferreira FC, Dantas FC, Valente GSC. Saberes e competências do enfermeiro para preceptoria em unidade básica de saúde. *Rev. Bras. Enferm*. 2018; 71(Supl4): 1657-1665.
7. Izecksohn MMV, Teixeira Junior JE, Stelet BP, Jantsch AG. Preceptoria em medicina de família e comunidade: desafios e realizações em uma atenção primária à saúde em construção. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2017; 22(3): 737-746.
8. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.
9. Alves E, Berbel N. A resolução de problemas no contexto de um currículo integrado de enfermagem. *Ciência, Cuidado e Saúde*. 2021; 11(Supl): 191-198.
10. Krebt DM. The Effectiveness of Role Play Techniques in Teaching Speaking for EFL College Students. *Journal of Language Teaching and Research*. 2017; 8(5): 863-870.
11. Resolução n.º 003 – CEPE, de 2012. Dispõe sobre a criação e critérios para seleção e credenciamento de profissionais de saúde para o programa de preceptoria para os cursos da área de saúde da UFRR. Boa Vista, RR: Universidade Federal de Roraima, 11 de Abr 2012.
12. Resolução n.º 008 – CEPE, de 2016. Altera a Resolução n.º 003/2012-CEPE. Dispõe sobre a criação e critérios para seleção e credenciamento de profissionais de saúde para o programa de preceptoria para os cursos da área de saúde da UFRR. Boa Vista, RR: Universidade Federal de Roraima, 31 de Maio 2016.
13. Antunes JM. A preceptoria na formação do residente em enfermagem em saúde coletiva: o aprender e o ensinar no cotidiano do Sistema Único de Saúde. [Dissertação] Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense; 2016.
14. Leite CM, Pinto ICM, Fagundes TLQ. Permanent education in health: reproduction or counter-hegemony? *Trabalho, Educação e Saúde*. 2020; 18(s1):e0025082.
15. Benvenuto D, Giovanetti M, Ciccozzi A, Spoto S, Angeletti S, Ciccozzi M. The 2019-new coronavirus epidemic: Evidence for virus evolution. *Journal of Medical Virology*. 2020; 1-5.
16. Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA n.º 04 de 2020. Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (sars-cov-2). Brasília, DF: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 21 Mar 2020.
17. Silva NL, Mendes OM. Avaliação formativa no ensino superior: avanços e contradições. *Rev. Avaliação*. 2017; 22(1):271-297.

18. Freitas A. Estudos Sociais – Roraima: Geografia e História. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora Ltda; 1998.
19. Peduzzi M, Agreli HLF, Silva JAM, Souza HS. Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e a seus desdobramentos no trabalho interprofissional. *Trab. Educ. Saúde*. 2020; 18(s1):e0024678.
20. Champagne F, Contandriopoulos AP, Brousselle A, Hartz Z, Denis JL. A avaliação no campo da saúde: conceitos e métodos. In: Brousselle A, Champagne F, Contandriopoulos AP, Hartz Z. *Avaliação: conceitos e métodos*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2016. p. 41-60.
21. Mendes TMC, Bezerra HS, Carvalho YM, Silva LG, Souza CMCL. Interação Ensino-serviço-comunidade no Brasil e o que Dizem os Atores dos Cenários de Prática: uma Revisão Integrativa. *Rev. Ciência Plural*. 2018; 4(1): 98-116.
22. Lavich CRP, Terra MG, Mello AL, Raddatz M, Arnemann CT. Ações de educação permanente dos enfermeiros facilitadores de um núcleo de educação em enfermagem. *Rev. Gaúcha Enferm*. 2017, 38(1): 1983-1447.
23. França TF, Belisário SA, Medeiros KR, Pinto ICM, Garcia ACP. Limites e possibilidades das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço: percepções dos gestores. *Saúde Debate*. 2017; 41(3): 144-154.
24. Vasconcelos ACF, Stedefeldt E, Frutuoso MFP. Uma experiência de integração ensino-serviço e a mudança de práticas profissionais: com a palavra, os profissionais de saúde. *Interface Com. Saúde Educ*. 2016; 20(56):147-158.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 136, 157

Adolescência 39, 40, 45, 46, 47, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 118, 119, 126, 260

Água 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 41, 67, 79, 95, 96, 99, 100, 102, 180

Álcool 11, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 79, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 170, 181, 208, 252

Alcoolismo 47, 118, 119, 126

Alergias Alimentares (AA) 26, 31

Antissepsia 95

Apoio 11, 38, 50, 53, 60, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 89, 91, 111, 115, 176, 179, 199, 209, 238, 241, 258

Aptidão Física 1, 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 12

Atividade Física 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 89, 91, 111, 160, 208

Autocuidado 109, 111

Avaliação Antropométrica 1, 4

C

Cardiopatia Congênita 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250

Ciências Humanas 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58

Ciências Sociais 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 155

Controle Social 52, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 202, 207

Covid-19 74, 75, 76, 78, 79, 80, 94, 95, 103, 106, 107, 177, 180, 182, 186, 193, 200, 203, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 249

Criança 26, 30, 31, 32, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 84, 92, 131, 181, 240, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 257, 258

Cultura Alimentar 156, 157, 159, 160, 161, 162

D

Desafios 57, 58, 62, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 151, 153, 178, 180, 183, 184, 187, 203, 207, 247

Direitos Humanos 15, 136, 166, 172, 240, 242, 248, 252

Doença Infecciosa 74, 145

E

Educação 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 30, 33, 48, 55, 59, 72, 73, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 93, 94, 110, 113, 115, 117, 120, 150, 151, 152, 155, 171, 172, 175, 176, 179, 185, 186, 187,

188, 189, 191, 195, 196, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 226, 232, 244, 245, 262

Envelhecimento 55, 109, 110, 111, 112, 114, 115

Etanol 70° 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105

G

Gestantes 131, 217, 218, 219, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238

H

Hepatite Viral 127, 128, 129, 130, 131, 133

I

Indicadores de Contaminação 14

Índios 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Infantil 25, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 42, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 180, 181, 232, 236, 245, 246, 247, 252, 253, 256, 260

Infecções 214, 215, 216, 217, 224, 225, 226, 231, 244

Intervenção Pedagógica 150, 151, 152, 155

M

Microrganismos Patogênicos 14, 17

O

OMS 3, 15, 84, 95, 96, 98, 110, 119, 123, 129, 136, 137, 141, 165, 174, 180, 230, 242, 252

P

Perfil Sociodemográfico 148, 164, 168, 236

Perfil Socioeconômico 229, 231, 232, 233, 237, 238

Possibilidades 62, 63, 64, 65, 82, 85, 86, 88, 89, 90, 111, 182, 188, 190, 203, 245

Promoção da Saúde (PS) 3, 10, 11, 113, 126, 167, 204, 205, 206, 207, 211, 212, 230, 236, 248, 258

Proteína do Leite 30, 31, 32, 34, 35, 36

R

Role-Playing Game 189, 190

S

Saúde Coletiva 35, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 72, 92, 108, 110, 115, 173, 187, 237, 238, 248, 249, 251

Saúde Mental 55, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 85, 92, 249, 258

Sistema Único de Saúde (SUS) 33, 53, 72, 83, 85, 96, 110, 129, 133, 175, 176, 187, 202, 231, 249

T

Tecnologias Educativas 205, 207, 210

Trato Urinário 214, 215, 216, 217, 224, 225, 226, 227

Tripanossomíase 144, 145, 146, 147, 148

Tuberculose (TB) 75, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 207

U

Unidades Básicas de Saúde (UBS) 229, 231, 238

Urocultura 214, 218

V

Violência Autoprovocada 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258

Violência Doméstica 51, 164, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 252

Vulnerabilidade Puerperal 239, 242, 243

Z

Zoonose 74, 75, 145

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA

Saúde Coletiva 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA

Saúde Coletiva 2

www.arenaeditora.com.br 

contato@arenaeditora.com.br 

[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora) 

www.facebook.com/arenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021